



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ATA N.º 9/2025
do Conselho Académico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ao sétimo dia do mês de abril de 2025, pelas onze horas e dez minutos, teve lugar, no Anfiteatro 5 da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a reunião do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa regularmente convocada pelo Diretor da Faculdade e Presidente do órgão, Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

Contou com a presença de:

Membros Docentes

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Prof. Doutor Jorge Silva Santos

Membros Discentes

Jumar Miranda

Pedro Carneiro

Vicente Cruzeiro

Victor Gabriel

Membros não Docentes

Dra. Licínia Santos

Dr. João Cardoso

Participou, igualmente, nos termos regimentais e estatutários, o Diretor Executivo, Dr. Bertolino Campaniço, e ainda o Vice-Presidente da AAFDL, Tomás Casquilha. O Prof. Doutor Jaime Valle e o discente Dr. Cláudio Cardona, não podendo estar presentes, justificaram previamente a sua ausência, e em substituição dos mesmos



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

participaram na reunião o Prof. Doutor Jorge Silva Santos e o discente Victor Gabriel, respetivamente. O Dr. Gonçalo Carrilho justificou a sua ausência.

A Ordem de Trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Reforma Orgânica;
2. Outros assuntos.

1. Reforma Orgânica

O Senhor Diretor começou por informar que a reunião era produto de discussões anteriores. Recordou que a Faculdade tem menos funcionários do que deveria e destacou que a proposta de reforma orgânica apresentada era fruto de um trabalho prolongado com os funcionários. Disse ainda que devia representar também uma rutura do sistema organizativo e da mentalidade funcional imposta pela dimensão atual da Escola, as alterações legislativas, a transição digital e as novas condições colocadas pelos regulamentos em vigor.

O Senhor Diretor Executivo disse que a proposta (Anexo I) tem em foco quatro eixos: (1) Diagnóstico; (2) Objetivos; (3) As Propostas; (4) O Impacto Financeiro.

No âmbito do diagnóstico referiu que a Faculdade, ao dia da elaboração do documento, tinha 61 funcionários nos quadros (65 atualmente) e que estava em penúltimo lugar no *ratio* Funcionários/Docentes e em último no *ratio* Funcionários/Alunos entre as Escolas da ULisboa.

Quanto aos objetivos da reforma disse que eram cinco: i. Reestruturar os serviços com extinção/fusão de estrutura; ii. Aumentar o número de funcionários; iii. Desenvolver novas áreas de atuação; iv. Melhor definição de hierarquias; e v. Maior especialização de funções.

Relativamente às propostas, apresentou as várias alterações às Unidades Administrativas de Gestão e Unidades Técnico-Científicas:

a) Área Financeira e Patrimonial

Disse que a área contava com 10 funcionários e que seriam criados o Núcleo de Contabilidade e Tesouraria (NCT) e o Núcleo de Contratação Pública e





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Património (NCPP) e que para a criação destas novas estruturas seria necessário um reforço do número de funcionários.

b) Área de Recursos Humanos

Apontou que a área contava com 8 funcionários e que seriam criados o Núcleo de Formação e Avaliação de Desempenho (NFAD) e o Núcleo de Vencimentos e Contratação (NVC) e que para a criação destas novas estruturas seria necessário um reforço do número de funcionários.

c) Área de Recursos Técnicos

Salientou que a área contava com 3 funcionários e que seriam criados o Núcleo de Suporte Informático (NSI) e o Núcleo de Sistemas (NS) e que para a criação destas novas estruturas seria necessário um reforço do número de funcionários.

d) Área de Assessoria Institucional, Qualidade e Planeamento

Disse que o Gabinete de Apoio à Gestão (GAG), que contava com 5 funcionários, seria extinto e em sua substituição seria criada uma nova área com atribuições exclusivas nos domínios da acreditação, avaliação institucional, planeamento, assessoria jurídica e investigação. Esta nova área contaria com três núcleos: Núcleo de Apoio Jurídico (NAJ); Núcleo de Qualidade e Investigação (NQI) e Núcleo de Planeamento e Acreditação (NPA), sendo necessário um reforço do número de funcionários.

e) Área de Secretariado e Apoio aos Órgãos de Governo

Referiu que as funções de secretariado estão afetas ao GAG e que com a extinção deste gabinete seria necessária a criação de uma estrutura autónoma subordinada ao Diretor Executivo. Esta área ficaria responsável pelas tarefas inerentes (i) ao expediente e arquivo, (ii) Secretariado dos Órgãos de Governo, (iii) Marketing e Comunicação e (iv) Gestão de Salas e seria composta por três núcleos: Núcleo de Expediente e Arquivo (NEA); Núcleo de Secretariado dos Órgãos (NSO); Núcleo de Comunicação e Gestão de Espaços (NCGE). Para a criação desta nova área seria necessário um reforço do número de funcionários.

f) Área de Manutenção e Gestão do Edifício



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Salientou que a atualmente na FDUL o serviço de manutenção estava contratualizado a entidades externas e que seria fundamental que essa gestão ficasse a cargo de funcionários da Faculdade por forma a permitir (i) um melhor enquadramento hierárquico e funcional, (ii) a existência de uma equipa permanente a gerir as instalações e (iii) a passagem do conhecimento técnico destes processos para a alçada da FDUL. Assim sendo, seria criada esta nova área.

g) Gabinete de Sâdas Profissionais

Referiu a necessidade de reforçar a área de atuação do Gabinete, criando um núcleo e contratando mais funcionários.

Relativamente ao impacto financeiro, referiu que os valores globais são de 1.266 901,02€, os quais correspondem ao total máximo que pode ser gasto na proposta. Salientou ainda que esse valor tende a ser menor, uma vez que podem ser os funcionários da Faculdade a assumirem funções de chefia e coordenação.

O discente Pedro Carneiro perguntou se não era necessário contratar mais funcionários para o Serviço Académico. O Senhor Diretor Executivo respondeu que entraram quatro novos funcionários para este serviço e saíram três e que não seria necessário reorganizar a orgânica, mas melhorar os processos com uma maior eficiência tecnológica.

O Prof. Doutor Jorge Silva Santos disse que a Faculdade precisava buscar outras formas de financiamento por forma a ultrapassar o travão de 3% ao aumento da despesa e sobre a possibilidade de ultrapassarmos os 3% até aos 5% legalmente permitidos. Perguntou sobre a variação de despesas dos últimos anos e salientou a necessidade de a Faculdade ponderar as prioridades de investimento. Por último referiu a necessidade de a Reforma Orgânica ser acompanhada de diretrizes claras sobre o que se pretende. O Senhor Diretor Executivo respondeu que a reunião tinha o objetivo de debater a proposta para colher os contributos e numa próxima reunião deliberar a proposta final.

A Dra. Licínia Santos agradeceu o trabalho do Diretor Executivo e referiu que do documento deveria constar a necessidade de se fazer a reforma do Regulamento das Unidades Administras de Gestão e dos Estatutos da Faculdade. Defendeu que todos



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

os núcleos tivessem o mesmo grau, para não existirem coordenadores funcionalmente no mesmo plano a ganhar valores diferentes. Disse ainda que compreendia que não houvesse um aumento de núcleos na Biblioteca e no Serviço Académico, mas defendeu que se deixasse aberta a porta à um aumento do número de funcionários desses serviços. O Senhor Diretor Executivo respondeu que as propostas seriam incorporadas no documento.

O Senhor Diretor referiu que a pergunta que devia balizar a reforma orgânica era saber qual seria a estrutura adequada para o que a Faculdade faria no futuro e que a reforma orgânica servia também para dar à Faculdade os meios para a boa execução daquilo que era projetado nos regulamentos.

O discente Vicente Cruzeiro perguntou se o aumento do número de núcleos não acarretaria um risco de aumento de burocracia, tendo o Senhor Diretor Executivo respondido negativamente, na medida em que geraria maior especialização do trabalho.

O discente Jumar Miranda questionou qual seria o calendário de implementação da proposta e, ainda, se o aumento de funcionários não implicaria uma diminuição no número de bolseiros. O Senhor Diretor Executivo respondeu que ainda não havia um calendário, mas que este seria enviado durante a semana junto das respostas ao e-mail do discente Dr. Cláudio Cardona. Disse ainda que na reunião seguinte seriam convidados outros funcionários para falarem das áreas que seriam reorganizados. Quanto aos bolseiros disse que não havia intenções de diminuir o número atual e que, sendo necessário, deveriam ser realocados. O Prof. Doutor Jorge Silva Santos referiu que da proposta não decorria uma diminuição de bolsas e que estas deveriam ser reforçadas, procurando apoio financeiro externo, de forma a substituir a componente "laboral". A Dra. Licínia Santos disse que sendo a Biblioteca o serviço com mais bolseiros, nenhum deles fazia trabalho de funcionário.

O Senhor Diretor Executivo apresentou um documento (Anexo II) comparativo com a orgânica detalhada da FDUL e de outras Escolas da ULisboa com número de alunos semelhante. Referiu que em termos de estrutura orgânica, a proposta apresentada aproxima-se da existente na Faculdade de Letras da ULisboa. Concluindo, disse que a proposta não teve em conta apenas a realidade da Faculdade de Direito, mas



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

também de outras Escolas da ULisboa. A Dra. Licínia Santos sugeriu que no documento fossem introduzidos os dados da Biblioteca, tendo sido secundada pelo Prof. Doutor Jorge Silva Santos que também referiu a necessidade de mais pessoas para assegurar mais meios de apoio à investigação. O Senhor Diretor Executivo respondeu que seria preciso foco na proposta.

O Prof. Doutor Jorge Silva Santos ser necessário saber o montante de dinheiro disponível para contratação de pessoal e quanto havia sido gasto. Referiu ainda que a contratação aumentou a despesa em 1% o que significava um desperdício de 2%. A Dra. Licínia Santos disse que a Faculdade não era apelativa para trazer novos funcionários. O Senhor Diretor Executivo respondeu que a função pública deixou de ser atrativa. O Prof. Doutor Jorge Silva Santos referiu que era preciso perceber por que razão as pessoas entravam na FDUL e em pouco tempo saiam. O Dr. João Cardoso referiu que a Faculdade era complexa e isso contribuía para o problema. O Prof. Doutor Jorge Silva Santos reforçou que para a criação de novos núcleos seria necessário assegurar novos funcionários. O Senhor Diretor Executivo respondeu que devia haver um crescimento orgânico.

O discente Pedro Carneiro salientou que era preciso discutir, mas também decidir, sob pena de se prolongar desnecessariamente este tópico.

O Senhor Diretor agradeceu a participação de todos e os contributos prestados lembrando que esta era uma das reformas mais importantes para o futuro próximo da nossa Escola.

2. Outros assuntos

O Prof. Doutor Jorge Silva Santos colocou uma série de questões pedindo que fossem respondidas na próxima reunião:

1. Carga horária dos docentes;
2. Variação com a contratação do pessoal docente e não docente dos últimos 5 anos;
3. Saber se se pediu à Reitoria um aumento da despesa de 3% para 5%;
4. Relatório da época de exames;
5. Taxa de cumprimento do Despacho de assiduidade;





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6. Imprensa FDUL: saber quanto se gastou no ano de 2024 e que decisões foram tomadas;

O Senhor Diretor disse que iria solicitar aos serviços a informação necessária para responder e que traria a resposta a um dos próximos concelhos académicos.

Finalmente, o Senhor Diretor agradeceu ao Diretor Executivo e disse que a reforma orgânica não era apenas uma questão dos funcionários, mas de toda a Escola.

A reunião foi encerrada às treze horas.

O Presidente do Conselho Académico

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

O Secretário

Dr. André Brito